

2019 UMA ODISSÉIA NO **CAPITALISMO SELVAGEM**



A BUSCA DESESPERADA POR LUCRO ESTÁ DESTRUINDO TUDO!

DIREITOS • VIDAS • SAÚDE
 EDUCAÇÃO • PREVIDÊNCIA
 MEIO AMBIENTE

**TERCEIRIZAÇÃO •
 FUTURE-SE**
 (PG. 03)

**DESTRUIÇÃO DO MEIO
 AMBIENTE • PREVIDÊNCIA**
 (PG. 04)

**MP DA LIBERDADE
 ECONÔMICA**
 (PG. 03)



EDITORIAL

Estamos num contexto decisivo: 1% dos mais ricos do mundo, que em 2017 já detinham 82% da riqueza mundial, precisam arrasar com as condições elementares de vida dos trabalhadores para ampliar ainda mais seus lucros.

Em virtude disso, a presente edição do Jornal da Adufmat-Ssind tem por objetivo levar aos docentes uma síntese do atual contexto de intensos ataques ao direito dos trabalhadores brasileiros e seu principal motivo: a busca pelo lucro.

Como um rolo compressor, Bolsonaro aprovou na Câmara dos deputados a (contra) Reforma da Previdência, que significa, na prática, o fim do direito à aposentadoria da maior parte dos brasileiros (sobretudo mulheres e não-brancos). Determinou ainda o corte de 30% dos recursos das instituições federais de ensino superior e 47% da educação básica, levando o sistema público de educação ao colapso. Como uma pseudoalternativa às universidades, apresentou o programa Future-se, um requeitado projeto de privatização do ensino federal temperado com pitadas fascistas. Isso tudo enquanto a UFMT sofria um "apagão", que serviu para os adeptos do discurso de "má gestão" idealizarem a necessidade de um interventor.

SINOP



A Subseção da Adufmat-Ssind em Sinop vem realizando e participando de diversas atividades. Uma delas foi a paralisação/mobilização de 30 de maio, construída por docentes, técnicos administrativos, discentes e demais trabalhadores organizados em entidades como Adunemat-Ssind, Sintep e DCE.

Na ocasião, o sindicato realizou uma Roda de Conversa sobre "Os ataques às universidades públicas brasileiras no contexto de ajuste fiscal e aprofundamento da privatização do ensino superior". Em seguida, houve a apresentação do documentário Dedo na Ferida, de Silvio Tendler (melhor filme documentário Festival do Rio/2017, seleção oficial do Festival de Havana 2017 e Melhor Filme Documentário na Mostra Ecofalante 2018), cujo objeto é o debate acerca de temas que não interessam ao 1% mais rico do planeta.

Após a exibição, os organizadores realizaram um debate sobre o impacto da financeirização sobre o sistema de bem-estar social, saúde e educação. Por volta das 15h30, o sindicato iniciou um workshop para construção da Greve Geral de 14/06, com o objetivo de integrar ações com outros sindicatos e movimentos sociais. No final do dia, o documentário foi reexibido e o debate também foi realizado com estudantes do período noturno e comunidade em geral.

A Greve Geral do dia 14 de junho foi outra importante mobilização construída pelas entidades locais nos últimos meses. A decisão de atender à convocação das centrais sindicais do país em defesa da Previdência, Educação e Saúde públicas foi tomada em assembleia geral, por ampla maioria dos docentes lotados nos três campi.

Em Sinop, diversas entidades marcaram presença nas atividades, junto aos discentes da UFMT, UNEMAT e IFMT. A população realizou uma passeata, saindo da Praça da Catedral com destino à Praça da Bíblia, onde realizaram ações culturais, com música ao vivo e declamação de poesias, intercaladas com as falas das entidades participantes. Vivemos um momento de grande importância para o destino das instituições públicas de nosso país. Mais do que isso, entendemos que a própria democracia e o estado de direito estão sendo ameaçados.

Se privatizar fosse bom, o Estado funcionaria. O Estado está privatizado. Prova disso é que a maioria dos parlamentares eleitos se declara empresário. O DIAP registra esse dado há anos. Na legislatura atual eles estão disparados com relação a todas as outras profissões; são 133, representando 25,9% da Câmara Federal.

A aprovação da Medida Provisória da Liberdade Econômica, que libera o trabalho aos domingos em feriados sem remuneração em dobro também é indício de que são os empresários que estão legislando em causa própria.

Enquanto isso, não só os direitos trabalhistas se esvaem e a Educação pública arrefece, mas também o SUS sofre com a intensa precarização, agonizando por falta de investimento público. É mais uma área que interessa ao mercado.

Assim, no que depender do governo empresarial de Bolsonaro, não teremos mais direito de saúde, educação, aposentadoria. Nem o "sexto" sobrou para nos dar forças pra seguir em frente trabalhando até a folga do próximo final de semana.

Por isso realizamos mais uma chamada: ou a classe trabalhadora entra em cena e barra o governo, ou o governo e o empresariado derrubarão todos os direitos conquistados em séculos de luta! Inclusive os salários, como já ocorre

com os trabalhadores terceirizados da UFMT.

Vale destacar que não nos furtamos da luta: 15 e 30 de maio; 14 de junho e 13 de agosto estivemos nas ruas com a Tsunami da Educação, mostrando que somos fortes e suficientes para arrastar multidões, e que a defesa da Educação pública e gratuita é uma pauta capaz de enfrentar esse desgoverno!

Parafrazeando Dom Quixote: que nosso repouso seja na batalha!

Boas férias docentes! Que renovemos nossas forças para as lutas que teremos de travar no próximo semestre! Juntos seremos vitoriosos!



13A: PROTESTOS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO VOLTAM A TOMAR O BRASIL



A Tsunami da Educação voltou às ruas no dia 13 de Agosto. Manifestações foram realizadas em todas as capitais do Brasil e em diversos municípios. A Greve Nacional da Educação, construída em unidade por entidades sindicais e movimentos sociais diversos, foi mais uma grande mobilização em defesa da Educação pública e gratuita, contra os cortes orçamentários no setor e contra a Reforma da Previdência.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, a movimentação teve início logo pela manhã, com o lançamento da Frente em Defesa da Educação Pública e Gratuita. Às 13h, a comunidade acadêmica seguiu em carreta, dialogando com a população pelo caminho, até o ato unificado na Praça Alencastro. No centro, milhares de pessoas percorreram as avenidas principais da capital mato-grossense denunciando as verdadeiras intenções da Reforma da Previdência e do Projeto Future-se.

Em Sinop, entidades organizaram um café da manhã coletivo no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), seguido de Debate sobre o Future-se. No Araguaia a mobilização também foi pela manhã, com concentração em frente ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Mato Grosso (Sintep) e passeata até a Praça dos Garimpeiros.

"As mulheres serão as mais prejudicadas nesse processo. Hoje, 40% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade. Desses 40%, cerca de 60% são mulheres. Elas não conseguirão se aposentar. Essa Reforma enche o bolso dos deputados para que eles aprovelem o projeto, mas não apresenta espaço nenhum para os trabalhadores colocarem as suas dores e as suas reivindicações. É por isso que nós estamos nas ruas", disse, em Cuiabá, o representante do ANDES - Sindicato Nacional, Reginaldo Araújo, enquanto dialogava com a população no trajeto entre UFMT e Praça Alencastro.



GESTÃO: LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

Diretor Geral: Aldi Nestor de Souza
Diretora Geral Adjunta: Quélen de Lima Barcelos
Diretor Secretário: Elvis Lira da Silva
2º Diretor Secretário: Maelison da Silva Neves
Diretor Tesoureiro: Djeison Benetti
2ª Diretora Tesoureira: Liliane Capilé Charbel Novais
Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Maria Luzinete Alves Vanzeler
Diretora de Imprensa: Lélica Elis P. de Lacerda
Diretor de Assuntos Sócio-Culturais: Armando Wilson Tafner Junior

Conselho Fiscal:
 Dorival Gonçalves
 Frederico José Andries Lopes
 Vinicius Machado Pereira dos Santos
Suplentes:
 Alair Suzeti da Silveira
 Einstein Lemos de Aguiar

Representantes de Subseção campus Sinop:
 Gerdine Sanson
 Gustavo Canale
 Arlindo Machado Neto
 Fábio Borges

Representantes de Subseção campus Araguaia:
 Eliel Ferreira
 Grazielle Pena
 Frederico Guirra

Jornalista Responsável: Luana Souts (DRT 1676/MT)

Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº
 Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá
 Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil
 (65) 99686-8732 • (65) 3615-8293
 adufmat@terra.com.br • www.adufmat.org.br

QUANDO A FINALIDADE É O LUCRO, O RESULTADO É ESSE: PRECARIZAÇÃO TOTAL



Em agosto, trabalhadores terceirizados tiveram de fechar as guaritas da UFMT para obterem o direito mais básico do trabalho nas sociedades burguesas: receber o salário. Mas quando a iniciativa privada está na jogada, ou seja, quando a finalidade é o lucro, o que acontece é isso mesmo: precarização total. Economiza-se ao máximo para lucrar ao máximo.

O Estado brasileiro está privatizado. Há anos o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) registra o aumento sistemático do número de empresários nos cargos públicos. Nessa Legislatura da Câmara Federal (2019-2023) eles são a grande maioria: 133, representando 25% do total de deputados.

A universidade pública também já está privatizada. Embora oficialmente seja pública e gratuita, a lógica da iniciativa privada está sendo aprofundada no cotidiano das instituições de ensino superior desde a década de 1990.

Nesse sentido, a mobilização dos terceirizados na UFMT é mais um grito de alerta. “As manifestações alertam para a tragédia que é a terceirização, justamente para onde a universidade parece estar caminhando. Isso se ela não tiver a decência de parar para analisar o que está acontecendo e refletir sobre o que fez nesses anos de entrega de parte dos seus serviços e obrigações à iniciativa privada. Essa paralisação serve fundamentalmente para pensar sobre isso: a iniciativa privada, metida no espaço público, é uma tragédia. Toda a comunidade acadêmica agora deve refletir, é importante tomar esse caso como exemplo”, afirmou o diretor geral da Adufmat-Ssind, Aldi Nestor.

O docente lembrou, ainda, que outros setores terceirizados também foram foco de conflitos recentemente. “Os vigilantes, dias atrás, estavam com três meses de salário atrasado. O Restaurante Universitário passou a ser R\$ 2,00 no início deste ano, e agora aumentou novamente para R\$ 2,50. Isso significa que as camadas mais fragilizadas é que estão tendo de pagar o pato. Estamos diante de um cenário em que precisamos refletir. O Future-se aponta para a terceirização, para a privatização da universidade, e nós temos esses casos concretos pipocando. Não sabemos como vai ser o mês de setembro, se a universidade vai funcionar, e temos esses casos que podemos tomar como base para pensar o que nós queremos. Qual é o papel que a gente quer assumir? A gente quer reproduzir a desigualdade, administrar planilha e colocar sempre o preso maior sobre os mais fragilizados como acontece com as trabalhadoras da limpeza? Então a gente tem que tomar uma decisão. Está explícita a situação da universidade, das terceirizadas, e como é esse conluio entre público e privado. A partir desses casos concretos, nós temos muito mais elementos para embasar a nossa análise, tomar a decisão do que a gente quer fazer com essa universidade e fortalecer a nossa luta”, concluiu o diretor.

“O Future-se aponta para a terceirização, para a privatização da universidade, e nós temos esses casos concretos pipocando.”

O que a UFMT tem a ver com isso?

Além de rebaixar direitos, a terceirização tem o objetivo de dificultar ainda mais a vida do trabalhador quando o assunto é reivindicação. Isso também pode ser observado nas recentes

mobilizações da UFMT. “Perceba que essas trabalhadoras não tinham a quem recorrer. Ficavam esperando um sindicato que não vinha, um patrão que não vinha e a universidade”, destacou o diretor geral da Adufmat-Ssind.

“A partir desses casos concretos, nós temos muito mais elementos para embasar a nossa análise, tomar a decisão do que a gente quer fazer com essa universidade e fortalecer a nossa luta”

As entidades representativas da UFMT acompanharam tanto os vigilantes quanto as trabalhadoras da limpeza, e acompanharão todos os movimentos de trabalhadores que reivindicarem direitos dentro da universidade, não só por posicionarem-se como entidades classistas, mas também por solidariedade aos colegas que dividem os mesmos ambientes de trabalho.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE), a Associação dos Docentes (Adufmat-Ssind) e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos (Sintuf-MT) defendem que a UFMT é corresponsável pela precarização do trabalho dos terceirizados, já que é a instituição quem recebe diretamente o serviço prestado pelos trabalhadores.

Eles conseguiram!

Depois de seis dias de paralisação dos serviços de limpeza na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), dois deles com interdição das guaritas, as trabalhadoras contratadas pela Presto Terceirização conseguiram fazer cumprir seus direitos. Além do depósito do salário atrasado, a empresa, que alegava não ser capaz de “fazer milagres”, entregou a cesta básica extra, prometida em acordo anterior. Seguindo as reivindicações das trabalhadoras, a Presto também se comprometeu a pagar o reajuste salarial de 2,5% retroativo a janeiro deste ano a partir de setembro, verificar o recolhimento de INSS, FGTS e a distribuição de uniformes.

Dias antes, também com a deflagração de greve e fechamento das guaritas, os vigilantes da MJB conseguiram a quitação de três salários atrasados – alguns trabalhadores já acumulavam quatro.

Foram dias de grandes demonstrações de força, respeito e companheirismo. Só a unidade é capaz de garantir vitórias. Fica o exemplo das trabalhadoras da limpeza e dos vigilantes.



MP DA LIBERDADE ECONÔMICA APROFUNDA REFORMA TRABALHISTA

O Congresso Nacional aprovou, em agosto, a Medida Provisória 881/19, também conhecida como a MP da Liberdade Econômica. Trata-se de mais um ataque de Bolsonaro e seus parceiros aos direitos dos trabalhadores.

A medida é um aprofundamento da nefasta Reforma Trabalhista de Temer, que desregulamentou os direitos e as condições de trabalho no país, aumentando a precarização e o desemprego desde então.

Divulgada como uma iniciativa para “desburocratizar” as relações empresariais e facilitar o surgimento de novos negócios e (supostamente) empregos, a MP 881/19 é, na verdade, uma “mini” Reforma Trabalhista, pois altera a legislação brasileira em vários aspectos, enfraquecendo a fiscalização e a regulação sobre as empregadoras. Em resumo: tudo permitido aos patrões à custa do aumento da exploração dos trabalhadores.

ENTENDA A MP 881/19

Trabalho aos domingos e feriados

Liberação total de trabalho aos domingos e feriados para todos os setores, sem pagamento de hora extra, desde que haja folga durante a semana. Descanso aos domingos somente uma vez por mês. Este ponto foi retirado do projeto para facilitar a tramitação, mas poderá ser retomado em outro momento.

Carteiras de trabalho

Serão emitidas pelo Ministério da Economia “preferencialmente em meio eletrônico”; a impressão em papel será exceção. Isso vai dificultar ao trabalhador acompanhar sua vida laboral.

Registro de ponto

Serão obrigatórios somente para empresas com mais de 20 trabalhadores. Atualmente, empresas com mais de 10 funcionários devem registrar. Também determina o fim de alvará para fábricas com atividades de baixo risco – como as de costura e sapataria. A definição de atividades de baixo risco será estabelecida pelo Poder Executivo, caso não haja regra em âmbito estadual, distrital ou municipal.

Substituição do E-Social

O Sistema de Escrituração Digital de Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, que unifica o envio de dados sobre trabalhadores, será substituído por um sistema de informações digitais de obrigações previdenciárias e trabalhistas.

Abuso regulatório

O texto estabelece as situações que poderão ser enquadradas como “abuso regulatório” e determina algumas normas ou atos administrativos que poderão ser considerados inválidos, tais como redigir normas que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado; exigir especificação técnica desnecessária para o objetivo da atividade econômica; criar demanda artificial ou compulsória de produto, serviço ou atividade profissional, “inclusive de uso de cartórios, registros ou cadastros”; colocar limites à livre formação de sociedades empresariais ou atividades econômicas não proibidas em lei federal.

Desconsideração de personalidade jurídica

Mecanismo estabelecido no Código Civil de 2002 que permite que sócios e proprietários de um negócio sejam responsabilizados pelas dívidas da empresa. A proposta altera as regras, favorecendo empresários a se desresponsabilizarem por suas empresas.

Negócios jurídicos

O texto inclui um dispositivo no Código Civil que prevê que as partes de um negócio poderão pactuar regras de interpretação das regras oficializadas no acordo, mesmo que diferentes das previstas em lei.

PREVIDÊNCIA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE PIORAR: GOVERNO PLANEJA INCLUSÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS E VOLTA DA CAPITALIZAÇÃO

A Reforma da Previdência já começou a tramitar no Senado e Bolsonaro (PSL), junto ao presidente da Casa - o senador Davi Alcolumbre (DEM), pretende aprovar o texto em tempo recorde, sem alterações, para evitar que a proposta volte à Câmara.

Como se não bastasse planejarem sacramentar um dos mais duros ataques aos trabalhadores nos últimos governos, devem iniciar também a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição paralela, para garantir outras alterações nas regras previdenciárias.

Os planos são: incluir novamente estados e municípios, mudar o sistema para capitalização e criar o "gatilho demográfico", pontos derrubados durante a tramitação do projeto na Câmara.

A ideia é estender para os trabalhadores públicos as regras já aprovadas, incluindo a idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), aumento no tempo de contribuição, redução no valor dos benefícios, entre outras.

Vale destacar que a proposta tem apoio não só de governadores da base governista, mas também dos chefes do executivo ditos de "oposição", eleitos por partidos como PT, PCdoB, PDT e PSB.

CAPITALIZAÇÃO: O FIM DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA

O atual sistema de repartição que rege a Previdência no Brasil é social e público. Trabalhadores, governo e empresas participam em conjunto da construção do fundo, e a contribuição de uma geração garante a aposentadoria da outra. Assim, fica garantido que os trabalhadores terão seu benefício quando se aposentarem.

O sistema de capitalização, pelo contrário, é a privatização da Previdência. O trabalhador será obrigado a abrir uma conta e fazer uma poupança individual. Assim, terá de depositar dinheiro sozinho, todos os meses, pagando taxas de administração a bancos ou fundos de pensão.

O dinheiro poderá ser aplicado no mercado financeiro de risco, sem garantia de pagamento de benefício futuro.

A capitalização prejudica, inclusive, quem já é aposentado, pois a mudança cessa a entrada de contribuições no sistema público e leva a Previdência Social à falência, o que impedirá o pagamento dos atuais benefícios.

GATILHO PARA AUMENTAR IDADE MÍNIMA

O governo pretende inserir também, na PEC paralela, o chamado "gatilho demográfico". A regra permitirá o aumento da idade mínima para aposentadoria quando houver aumento na expectativa de vida da população brasileira. Ou seja, para o governo, a idade mínima aprovada de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) é pouco.



MEIO AMBIENTE

AMAZÔNIA EM CHAMAS: APÓS DESMATAMENTO, QUEIMADAS AUMENTAM 83%

O Brasil está enfrentando a maior onda de queimadas dos últimos seis anos, de acordo com dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O número de focos de incêndios aumentou 70% este ano (até o dia 18/08) em comparação com o mesmo período de 2018. Foram 67 mil pontos de queimadas registrados até a data.

O fogo avança e destrói quilômetros de florestas, matas e cerrados. A Amazônia é a região mais afetada, com 51,9% dos casos. O cerrado concentra 30,7% dos focos registrados esse ano.

A fumaça originada das queimadas também está causando fenômenos até então inéditos, como o "dia que virou noite" em São Paulo, no dia 20/08. Segundo cientistas, o repentino escurecimento do céu paulistano, quando ainda eram 15 horas, foi resultado de partículas de queimadas que viajaram milhares de quilômetros. Da Amazônia, rumaram para o oeste do continente, chocando-se com a cordilheira dos Andes para depois ir para o sul. A fumaça que atingiu São Paulo retornou ao Brasil, potencializada pelos incêndios da floresta na Bolívia e no Paraguai.

No Acre e em Rondônia, os governos já começam a criar gabinetes de crise e reconhecem o avanço de fumaça em algumas cidades.

NÃO É SECA. É AÇÃO HUMANA

Este período do ano, marcado pelo tempo mais seco, é considerado propício para a ocorrência de queimadas. No entanto, é consenso que, na ampla maioria dos casos, os incêndios são resultado da ação humana. Sob o governo de Bolsonaro estamos assistindo um crescimento recorde.

Em entrevista à imprensa, a diretora de ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Ane Alencar, afirmou que o aumento de queimadas só pode ser explicado pela alta no desmatamento, já que não houve qualquer evento climático extremo que justifique essa situação. "Neste ano não temos uma seca extrema, como tivemos em 2015 e 2016. Em 2017 e 2018 o período chuvoso foi suficiente. Em 2019, não temos eventos climáticos que afetam as secas, como o El Niño, ou eles não estão acontecendo [de maneira] forte. Não tem como o clima explicar esse aumento [de queimadas]", disse Alencar.

BOLSONARO E SUA POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

As imagens que têm vindo à tona, principalmente nos últimos dias, não deixam margem para as desculpas esfarrapadas de Bolsonaro/Mourão e do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que absurdamente negam os efeitos dos desmatamentos e queimadas no país. Vale destacar que há alguns dias Bolsonaro demitiu o diretor do Inpe, Ricardo Galvão,

após a divulgação dos dados do instituto sobre o aumento do desmatamento.

Acuado pela gravidade da situação, depois de ficar dias em silêncio, Bolsonaro começou sua habitual campanha de fake news e, como sempre, sem qualquer prova, disse que ONGs (organizações não-governamentais) poderiam estar por trás de incêndios criminosos.

As medidas do governo Bolsonaro/Mourão que ameaçam a Amazônia e o meio ambiente no Brasil têm sido, inclusive, alvo de duras críticas internacionais, e alguns países chegaram a suspender recursos enviados para programas de preservação da Amazônia.

O projeto de Bolsonaro é liberar geral a Amazônia, terras indígenas, territórios quilombolas para serem explorados indiscriminadamente por setores ruralistas, madeireiros. Trate-se de um projeto mais amplo de entrega total não só da Amazônia, mas de todas as riquezas do país.

Contra essa política entreguista e de destruição do meio ambiente, somente a luta de indígenas, quilombolas, camponeses e da classe trabalhadora em geral. É preciso que os movimentos organizados de trabalhadores se coloquem fortemente contra essa lógica capitalista, construindo uma sociedade que não seja baseada na exploração desmedida em nome do lucro.

Fonte: CSP-Conlutas (com edição da Adufmat-Ssind)